

COMISSÃO DA PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA - CPPU

Subcomissão Temporária TICP

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

Ata da 2ª Reunião Ordinária

Ao vigésimo terceiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a **2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Temporária TICP. 01)** A Coordenadora dos trabalhos da da Subcomissão, Sra. Thaline Nunes Rocha, declarou aberta a sessão às 17h15min na presença da Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca e dos representantes da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU e Convidados Externos, que compuseram o plenário, a saber, pela **CPPU**: Conselho Participativo Municipal – CPM (1), Sra. Thaline Nunes Rocha, Coordenadora; Instituto de Arquitetos do Brasil - IABSP, Sra. Claudia Andreoli Muniz (titular), Coordenadora; Instituto de Arquitetos do Brasil - IABSP, Sra. Mariana Cavalcanti Pessoa (suplente), Coordenadora; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, Sra. Teresa Emídio (suplente); Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL (4), Sr. Ettore Bellato Giacomini; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL (3), Sr. Paulo Cesar Sperduti; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL (4), Sra. Sonia Regina Chiaradia, Secretaria Municipal de Cultura – SMC, Sra. Alice de Almeida Américo (suplente); Conselho Participativo Municipal – CPM (2), Sr. Fábio Jorge Benini Cabral; e **Convidados Externos**: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP e Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus/Anhanguera – TICP-JPA (1), Sr. Euler Sandeville Jr.; Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus/Anhanguera – TICP-JPA (2), Sr. Mario S. Bortoto; Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus/Anhanguera – TICP-JPA (3), Sr. Guilherme França Anastácio; Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Bixiga – TICP-Bixiga (1), Sr. Rafael Hime Funari; Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Bixiga – TICP-Bixiga (2), Sra. Gisele Brito; Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz – TICP-Paulista/Luz, Sr. Antônio Eleilson Leite; Instituto de Arquitetos do Brasil – IABSP, Danielle Dias de Santana; **2)** A coordenadora da Subcomissão, Sra. Claudia Andreoli Muniz apresentou o Plano de Trabalho revisado a partir da discussão da última reunião, que também foi enviado previamente por e-mail para os participantes. **3)** O Professor Euler Sandeville Jr (TICP-JPA), realizou uma apresentação sobre o conceito de Território de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP, o que se estava buscando na discussão do instrumento e como ele tomou forma no território do Jaraguá/Perus/Anhanguera. O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem é um instrumento urbanístico inovador criado nos

COMISSÃO DA PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA - CPPU

Subcomissão Temporária TICP

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

artigos artigos 314 a 317 (cf. também 67, 312) da Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, que instituiu a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, no qual se reconhece uma região da cidade (pensada inicialmente na escala dos Distritos das Subprefeituras) com concentração de espaços, valores ambientais, atividades e instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade. São, portanto, territórios que reúnem polos singulares formadores de atratividade social, educacional, ambiental, cultural, de interesse para a cidadania e o desenvolvimento sustentável e geração de renda local. Entre os objetivos pretendidos no contexto de construção do instrumento, estavam o desenvolvimento local através da cultura e do ambiente como instâncias e lugares significativos para uso público; o entendimento dos processos urbanos e ambientais; o entendimento da história e valores na produção do espaço urbano; a fruição do patrimônio material e imaterial presente na cidade; a integração com políticas e programas sociais; o incentivo a formas autogeridas de geração de renda local; o uso de espaços e equipamentos públicos integrados a esses conjuntos em perspectivas culturais e educativas; o intercâmbio de saberes e experiências entre essas regiões; o acesso e a articulação entre equipamentos e instituições culturais, científicas e educativas; a promoção de intercâmbio, experiência e vivências entre os territórios; e o respeito do direito à cidade e à gestão democrática. Em conclusão, o TICP é uma ideia de discussão da cidade, de luta, de debate, de possibilidade. **4)** Na sequência, o Sr. Mario S. Bortoto (TICP/JPA), compartilhou sua experiência sobre como foi a discussão em Perus. O perímetro surgiu a partir da percepção de que o território possui características singulares, com possibilidade de criação ou manutenção de corredores ecológicos. Sobre as práticas em desenvolvimento no território, há o Coletivo Cultural Quilombaque, o Grupo de Teatro Pandora, a Agência de Turismo de Resistência e Conhecimento, instalada no recanto dos humildes, o Centro de Memória Queixadas, Feiras de artesanato das praças, além do envolvimento de várias escolas municipais. São todas práticas que vêm sendo desenvolvidas em meio ao debate do TICP, unindo vários coletivos de vários setores, tendo sempre o território como ponto de convergência. Institucionalmente o TICP ainda não funciona, mas na prática, o grupo mostra que é possível fazer de forma coletiva, transparente e com muita participação social. Mas o ideal é regulamentar, até para potencializar o território com a possibilidade de angariar recursos. Thaline Nunes Rocha (CPM) complementou que esta articulação de políticas e territorial vem sendo fomentada pelas instâncias de participação,

COMISSÃO DA PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA - CPPU

Subcomissão Temporária TICP

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

como os conselhos participativos. A própria formação desta subcomissão na CPPU é resultado desta difusão. **5)** Às 18h19min, foi aberto o espaço para a discussão. Gisele Brito (TICP-Bixiga), enfatizou a importância deste processo e questionou a possibilidade de apresentar a trajetória de construção do Saracura Vai-Vai também. Ela reiterou que o TICP, no caso de seu território, não foi solicitado, o que gerou desconfiança entre o grupo a princípio. Não há clareza sobre os objetivos de preservação e os instrumentos de incentivo existentes para viabilizá-la. Esta é uma discussão central no Bixiga, pois é um território com muitos patrimônios tombados utilizados para fins de moradia, com muitos cortiços, o que torna a viabilização destes instrumentos complexos, pensando na permanência da população residente. O que são estes incentivos? Como eles podem ser aplicados? Como se convoca o conselho gestor? Não há nenhuma discordância quanto aos conceitos e objetivos, mas sim sobre o que está sendo posto de disputa, como se concretizam estes objetivos. Thaline Nunes Rocha (CPM) respondeu à pergunta sobre a exposição que poderia ser uma pactuação para os próximos encontros, a apresentação da trajetória dos outros territórios. Euler Sandeville Jr. (TICP-JPA) também concordou que há uma preocupação com as questões levantadas pela Gisele, como os impactos de empreendimentos. Em especial, é importante que o TICP sempre seja criado a partir da reivindicação e participação dos atores sociais do território. Quanto aos instrumentos de incentivo, a ideia seria gerar recursos para as atividades do TICP, uma vez que o TICP não regulamenta o uso da terra. Há um longo caminho para se chegar à regulamentação de fato. Teresa Maria Emidio (SMUL) faz uma pergunta ao Euler sobre as delimitações espaciais do território sudoeste em específico, considerando principalmente o Arco Pinheiros/Jurubatuba. Como isso é interpretado no processo de estruturação do TICP? Nos outros territórios, os contornos e relações socioculturais e ambientais parecem mais claras. A articulação com os outros instrumentos foi também questionada. Euler Sandeville Jr. (TICP/JPA) se propôs a explicar melhor o conceito e metodologia de delimitação do território, pois na apresentação foi preciso sintetizar. Rafael Funari (TICP/Bixiga) colocou duas dúvidas, se ainda seria feita a leitura dos artigos do TICP no PDE, pois é preciso analisar quanto a legislação absorveu o conceito e os dispositivos ali incorporados. É importante entender o que será preciso regulamentar. Outra dúvida é sobre como se deu a articulação do instrumento em 2003 com o poder público, antes de surgir como TICP em 2014. Também como as questões da moradia e do patrimônio tombado se articulam com o TICP, como foram discutidas no processo de construção do instrumento.

COMISSÃO DA PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA - CPPU

Subcomissão Temporária TICP

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

Mário Bortoto (TICP/JPA) esclareceu que está em processo um inventário participativo, com apoio da Profa. Simone Scifoni, através do qual já foram levantadas mais de 150 referências culturais no território de Perus/Jaraguá. Mas ainda é preciso discutir mais a articulação com os demais instrumentos previstos no Plano Diretor, pois o TICP não está acima desta lei. Sobre 2003, não houve diálogo com o poder público, não foi possível avançar neste sentido naquele momento. O grupo nunca foi procurado nem para ouvir o que seria o TICP, são formas de luta e organização da sociedade civil. Euler Sandeville Jr. (TICP/JPA) acrescenta que o instrumento é novo e há espaço para flexibilização, mas o TICP tem um alcance, como todos os outros instrumentos, ele não foi pensado para abranger todos os aspectos, como a questão da moradia. Inicialmente, o instrumento se propunha a tratar principalmente de questões ambientais, a inserção do patrimônio se deu nas discussões do plano diretor. Muitas outras questões que estavam em debate também não foram integradas ao plano. A Zepec-APC é outro instrumento novo que poderia ser articulado. Guilherme França Anastacio (TICP/JPA) propôs um alinhamento de princípios de boa fé, a partir de como acreditamos que o instrumento deve ser, sem limitações, refletir e discutir coletivamente sobre como criar mecanismos para esta efetivação. Thaline Nunes Rocha (CPM) encerra a discussão. **6)** Talita Veiga Cavallari Fonseca (SMUL) fez os informes finais. Foram divulgadas algumas providências tomadas por SMUL: 1. Foi publicada uma portaria com a inclusão dos convidados externos à CPPU. 2. Houve uma reunião interna com o pessoal do Geoinfo e de Planurb. Geoinfo: Os perímetros dos TICPs no formato vetorial, para a construção de mapas, estão em elaboração. As camadas serão publicadas no Geosampa. Planurb: Dentro da aba de Relatórios do Plano Diretor, no site da Gestão Urbana, existe uma sobre patrimônio que inclui os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (12B). 7) As 19h19min foi encerrada a reunião.